



[Revisão a] La Langue des Inscriptions Latines de la Gaule, Collection du Centre d'Études Romaines et Gallo-Romaines

Autor(es): D'Encarnação, José

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45537>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_30_15

Accessed : 16-Oct-2019 10:47:52

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1991

inserido em AE 1986 280, este volume da revista só foi posto à disposição dos utilizadores bastante depois daquela data. Mas fica-se, por exemplo, sem saber se *Egitânia*, de D. Fernando de Almeida (Lisboa, 1956), foi ou não consultada; se o próprio volume de José Vives, *Inscriptiones Latinas de la España Romana* [=ILER] (Barcelona, 1971 e 1972) foi tido em consideração (*Floricus*, por exemplo, está aí documentado: n.º 4512); se foi possível compulsar o meu trabalho, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra, 1984).

Veja-se, a título de exemplificação, o caso de *Oculatius* a que já me referi no comentário a “Ficheiro Epigráfico” 163 (notas 5 e 6).

Além das ocorrências em ‘ambiente’ indígena peninsular, *Oculatius* é, num contexto claramente romanizado, mas ainda na Península Ibérica, o gentílico duma família de burgueses municipais em Ibiza (CIL II3659 = ILER 364 e CIL II3662 = ILER 5530) e, na itálica Sarsina, um dos proeminentes membros da localmente bem notável *gens Murcia* ostenta *Oculatius* como cognome: *L. Murcius A. f. Pup. Oculatius*: vide Alda CALBI, *Sarsina: prosopografía e indici sociali*, «Cultura Epigráfica dell’Appennino», Faenza, 1985, p. 166 n.º 139. Kajanto, porém, não incluiu *Oculatius* entre os cognomes latinos; H. Solin e O. Salomies, ao invés, a propósito do monumento de Astorga onde a princípio se lera *Oculasius* como cognome de um *Iulius* (EE IX 292i) e provavelmente se deverá ler de preferência este nome, incluem-no na lista dos cognomes, mas sob reservas (p. 371), certamente por desconhecerem o referido exemplo de Sarsina. Dúvidas destas seriam resolvidas com a apresentação de bibliografia.

As eventuais ausências de antropónimos não deslustrarão, no entanto, o trabalho, pois o grande mérito de Solin e Salomies reside precisamente no facto de nos terem facultado uma importante base de dados (aliás, o texto apresenta-se graficamente a partir da impressão por computador) que rapidamente será completada. Uma base de dados onomásticos sobejamente útil para ajudar na reconstituição de nomes de que, *verbi gratia*, só se percebem na pedra as terminações. Útil ainda porque — mesmo não tendo de imediato informações precisas — se fica a saber se determinado nome se encontra já documentado. Pode não se saber onde, mas sabe-se que existe e isso já é confortável.

Aliás, esse terá sido decerto primordialmente o objectivo dos autores — que, foi, portanto, conseguido em plenitude. Aos epigrafistas, no comentário à onomástica patente nos monumentos que estudarem, competirá enriquecer com outros dados estes que o *Repertorium* enumera.

É, pois, um vade-mecum indispensável.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

La Langue des Inscriptions Latines de la Gaule, Collection du Centre d’Études Romaines et Gallo-Romaines, n. s., n.º 7, Lyon, 1989, 172 pp., ilustr. ISBN: 2-904974-06-7.

O volume constitui as actas da mesa-redonda realizada no Centro de Estudos (CERGR) editor da colecção, nos dias 6 e 7 de Outubro de 1988.

Nunca será de mais salientar a fundamental importância de que se reveste a publicação, ainda que modesta mas em tempo oportuno, dos resultados duma reunião científica. Esse, portanto, o primeiro ponto positivo a assinalar, dado que esta edição se fez logo no segundo trimestre do ano seguinte. A utilização dos meios tipográficos postos à disposição da própria Universidade de Lyon III—composição dactilografada em formato A₄ — facilitou, decerto, essa rapidez; nem sempre, porém, mesmo dispondo de serviços institucionais, é possível levar a bom porto um barco assim. E se pensarmos como, hoje, a ciência avança, em todos os domínios, a passos de gigante, velocidade que não se compadece, portanto, com longos períodos de espera para publicação de dados que amanhã poderão estar ultrapassados — facilmente se compreenderá a justeza deste elogio.

A referida mesa-redonda assume-se como uma primeira reflexão conjunta, um primeiro «ponto da situação» na sequência dum projecto de investigação mais limitado geograficamente, levando a cabo, a partir de 1985, por docentes e investigadores do CERGR sob a direcção de Robert Turcan, acerca da língua das inscrições antigas da região do Ródano e dos Alpes. Como objectivo do projecto, a análise de todas as implicações — culturais, sociais, históricas... — que uma pesquisa de âmbito linguístico pode facultar. A reunião com investigadores doutras zonas da Gália afigurou-se, pois, aliciante também. E o resultado aí está, numa demonstração cabal de como a linguagem sintética e pensada da epigrafia — justamente devido a essas duas características — é, de facto, um imenso manancial de reflexão. Reflexão que se apresenta também como necessária para a Península Ibérica, a fim de, numa iniciativa global, se actualizar o clássico mas obviamente ultrapassado trabalho de A. Carnoy, *Le Latin d'Espagne d'après les Inscriptions* (Bruxelas, 21906).

Quanto à Gália, salienta Guy Achard na conclusão que ali se falava um bom latim sem os regionalismos que, na Idade Média, farão dos falares latinos um mosaico enriquecedor, determinado, sobretudo, pelo contacto com os povos ditos «bárbaros». Os vestígios do contacto com os pré-romanos detectar-se-ão decerto ao nível da onomástica e da teonímia, como acontece na Hispânia, mas esses aspectos não mereceram particular atenção na mesa-redonda.

Que *corpora* foram utilizados? Esta, uma questão importante, designadamente se tivermos em conta as inúmeras inscrições publicadas já depois do CIL, as revisões feitas e que nem sempre são tidas em consideração quando se abordam temas como este, que assentam necessariamente em leituras tanto quanto possível rigorosas e onde a quantidade dos testemunhos constitui igualmente factor a ponderar. No caso vertente, a questão nem se põe. Além da bibliografia comum referida logo no começo do volume (p. III), há em cada comunicação a indicação precisa das fontes utilizadas.

Um dos aspectos a que ora se dá cada vez maior importância é a publicação da síntese das intervenções feitas após cada comunicação. Amiúde se recolhem aí preciosos ensinamentos e sugestões, quantas vezes em primeira mão porque resultantes de estudos ainda em curso. Guy Achard, responsável pela edição, fez bem em incluí-las.

Pelo seu interesse, importa sintetizar o conteúdo dos contributos apresentados, tarefa que — diga-se — está particularmente facilitada porque houve o cuidado de produzir, no final do volume, os respectivos resumos.

Tratou P. Flobert do vocalismo das regiões leonesa e vienense segundo os *apices* e os I longos (pp. 1-8). Uma questão marcadamente linguística, para latinistas, a documentar como um assunto tão específico pode também ser tratado a partir dos monumentos epigráficos. A confrontar com o artigo quase pioneiro de Jesús Víctor Rodríguez Adrados, *Usos de la i longa en CIL II*, «Emerita», 39, 1971, pp. 159-168.

Algumas particularidades da língua — fonéticas, morfológicas, sintácticas e vocabulares — patentes nas inscrições de *Aquce Sextice* foram referidas por J. Gascou (pp. 11-28), que ilustra o seu trabalho com óptimas fotografias.

Sublinha-se que eventuais singularidades resultam mais de modas e dos hábitos das oficinas epigráficas do que do desejo de ser deliberadamente diferente. Estou a recordar a forma *posuit* tão frequente nas cupas de Pax Iulia ou — para aduzir um exemplo dos nossos dias — as siglas D. E. P. *{descanse em paz}* obrigatórias nas placas tumulares de S. Brás de Alportel.

Preferiria, no entanto, que J. Gascou se tivesse debruçado, como termo de comparação, sobre uma realidade linguística eventualmente mais próxima da Gália do que Pompeios: a Península Ibérica. Bastaria ter compulsado com atenção os índices do CIL II (pp. 1182-1191, «Grammatica quaedam») para dispor de inúmeros elementos comparativos susceptíveis, quiçá, de lhe sugerirem inclusive explicações mais consentâneas, atendendo à identidade de situações e à contemporaneidade dos fenómenos fonéticos apontados. As diversas grafias de um teónimo como *Adcorus*, *Accorus* e *Acorus* (p. 15) encontrariam expressivo paralelismo nas variantes *Endovel(l)icus*, *Indovellicus*, *Endovol(l)icus*, *Enobolicus* ou *Trebaruna*, *Triborunnis*, *Trebaronna*.

Concordo inteiramente com a nova forma de encarar os «erros» ortográficos ou de leitura (p. 13, por exemplo): eles devem ser vistos, de facto, mais como variantes gráficas com explicações fonético-linguísticas do que manifestações de analfabetismo ou incultura. Não poderão também, por isso, ser tidos em conta para efeitos de datação de epígrafes, como expressamente se faz notar a propósito da grafia E por AE (pp. 13-14). O mesmo se dirá do emprego de XS em vez de apenas X, um hábito «que deriva da preocupação de assinalar por meio de duas letras a consoante dupla» (p. 16).

Importante é igualmente a observação, despretençiosa na aparência mas plena de oportunidade, exarada na nota 41 (p. 18). Na verdade, não há que procurar num texto epigráfico a obediência às regras da sintaxe. A construção da frase segue, aqui, uma espécie de «estilo telegráfico», como lhe chama J. Gascou, onde o convencionalismo sintáctico amiúde se deixa de lado, não por desconhecimento do lapicida ou do seu cliente mas simplesmente porque se não adequa aos fins em vista, nada mais.

Debruçando-se — a pp. 31-41 — sobre as várias conjecturas levantadas pelo chamado Testamento de Lingon (CIL XIII5708), P. Sage conclui que o manuscrito através do qual a epígrafe nos foi transmitida terá sido composto a partir dum ditado

e não duma leitura, ou seja, que entre o original (epigráfico?) e o manuscrito terá havido um intermediário, pelo menos.

O vocabulário moral das inscrições de Lyon e de Viena constituiu o tema da intervenção de Bruno Pagnon e Jean-François Berthet (pp. 43-57), um estudo sistemático e estatístico, fixado em parâmetros cronológicos, que veio permitir a detecção de algumas tendências gerais. Assim, as noções morais são predominantemente veiculadas por adjectivos que assumem maior importância, na região de Lyon, a partir de meados do século III da nossa era, enquanto que Viena se mostra neste aspecto muito mais sóbria. O amor conjugal, designadamente em relação à esposa, parece ocupar, a partir de então, lugar de relevo.

No mesmo sentido vai a comunicação de Henri Desaye acerca dos epítetos de louvor e afecto registados nos epítafios do vale médio do Ródano. Um trabalho também ele de base estatística (oportuno o repertório das pp. 67-69) a demonstrar, mais uma vez, que o uso epigráfico dos adjectivos — geralmente no superlativo — se verifica somente a partir de finais do século I, timidamente, para se generalizar na segunda metade do século II, primórdios do século III. A confrontar com as observações feitas por Leonard A. Curchin acerca da Península Ibérica («Cahiers des Études Anciennes», 14, 1982, pp. 179-182) e da *Britannia* («Britannia», 14, 1983, pp. 255-256). Assinalam os autores que o emprego destes adjectivos traduzirá certamente a mentalidade da época: «Mediante a escolha da palavra que melhor qualifica o parentesco, poderemos tentar penetrar — discretamente, é certo — no complexo relacionamento entre marido e mulher, filhos e pais, patronos e libertos e quiçá nas mentalidades» (p. 66). É verdade. Mas também é certo que a estereotipia formular há-de muita vez ter-se sobreposto à expressão singela e natural dos sentimentos; as hipóteses de escolha não serão muitas e, por outro lado, o louvor ao defunto cumpre também uma função apaziguadora não despreciando afinal.

Introduz-nos N. Blanc num domínio diferente: o do vocabulário técnico e vitruviano patente nas inscrições (pp. 73-84). Enumeram-se as referências a monumentos civis e religiosos, a elementos e partes de construção, a edificações relativas à condução de água e viárias. Patentes sobretudo em inscrições monumentais, esses termos não são — obviamente — muito frequentes, porque o edifício e a sua funcionalidade estão à vista de todos, não é preciso explicitá-las, salvo se se tratar de actos de benemerência onde se torna imprescindível mencionar o que o benfeitor ofereceu. N. Blanc pôde assim verificar que, de um modo geral, a terminologia técnica se difundiu facilmente pelo Império, sem que isso haja implicado uma leitura directa do *De Architectura* de Vitrúvio.

Fatalismo astral e «boa estrela», o tema escolhido por J. Abry (pp. 87-96). Não foi abundante o manancial, pois que não são frequentes as alusões, por exemplo, ao Fado (*fatum*). O mesmo acontece, aliás, na epigrafia hispânica, como demonstrou recentemente Ana M^a Vázquez Hoys a propósito da epígrafe CIL II 325, dedicada, em Olisipo, *Dibus Succesis* («A los Éxitos que son dioses», «Dianium», 5, 1990, pp. 143-166).

F. Biville repõe, no contexto da Gália, a questão da presença epigráfica de helenismos (pp. 99-114) como índice — ou não — de menor ou maior influência

grega e nível cultural. A sua comunicação prima pela clareza e por cuidada sistematização: após definir os objectivos, trata da Gália e do helenismo, e da tipologia dos helenismos, para caracterizar, no final, a sua importância na epigrafia latina da Gália. Apesar das naturais limitações das fontes disponíveis, o grego foi aqui, concluiu Biville, «simultaneamente uma língua de cultura, uma língua internacional de trocas comerciais no Mediterrâneo, uma língua religiosa e uma língua de uso quotidiano, pelo menos em determinados círculos ou comunidades» (p. 114).

Dados sobre a poesia e a retórica são ainda limitados e acentuadamente mediocres, atesta Guy Achard (pp. 117-132), que afirma serem os epitáfios 'literários' o retrato da cultura não dos cidadãos de velha data mas sim do universo cultural dos imigrantes ou dos seus descendentes (p. 129).

Por fim — e a anteceder as conclusões do editor—Jean Guy on lança ainda um olhar sobre as informações a retirar das cerca de 150 inscrições cristãs da região em apreço, que apresentam soluções de compromisso entre o classicismo formal romano e a nova ideologia cristã emergente (pp. 135-166). De registar a boa qualidade das ilustrações.

Um volume, como se vê, do maior interesse pela variedade da temática e pela profundidade com que todos os intervenientes a souberam tratar. Exemplar, como estudo completo e global duma realidade epigráfica regional — a servir doravante de modelo e de termo de comparação.

JOSÉ D' ENCARNAÇÃO

HISPANIA EPIGRAPHICA: 1, 1989; 2, 1990. Madrid. Edição do Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales (Ministério da Cultura). ISBN: 84-7483-788-X.

Sob a direcção de Júlio Mangas, assessorado por um amplo conselho de redacção maioritariamente constituído por docentes do Departamento de Historia Antigua da Universidade Complutense (que coedita já o 2.º volume), esta publicação vem preencher a lacuna deixada em aberto com o desaparecimento d e *Hispania Antiqua Epigraphica* (HAE).

Põe, além disso, ao dispor dos epigrafistas e dos historiadores da Antiguidade Clássica as múltiplas informações já recolhidas pela equipa luso-espanhola que se encarregou de lançar as bases para a reedição de um novo II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

Para além das revistas de Arqueologia e de História Antiga que veiculam habitualmente informação acerca dos novos achados epigráficos, passamos assim a dispor, para a Península Ibérica, de três revistas especializadas: *L'AnnéeÉpigraphique* (=AE), o *Ficheiro Epigráfico* (=FE) e, agora, *Hispania Epigraphica* (=HEp).